

REAÇÕES PERSECUTÓRIAS EM POLICIAIS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA¹

MARCELO AUGUSTO RESENDE

Capitão Psicólogo da PMMG

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de uma pesquisa qualitativa realizada com policiais militares de Belo Horizonte, em 2004, com objetivo de compreender melhor os sentimentos desses profissionais vítimas de violência², proveniente da própria instituição policial e/ou da singularidade do trabalho como agentes de segurança.

Atuando há doze anos como psicólogo do quadro de oficiais de saúde da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), o pesquisador teve a oportunidade de trabalhar em vários setores, observando tanto aspectos importantes da dinâmica organizacional como peculiaridades da profissão de policial militar. Inicialmente, atuou no “Centro de Recrutamento e Seleção” de candidatos aspirantes ao cargo de policial militar em várias regiões do Estado. Posteriormente, prestou serviços na “Junta Central de Saúde”, realizando perícias psicopatológicas em policiais efetivos. No momento, exerce suas atividades profissionais na “Clínica de Psicologia e Psiquiatria” do Hospital Militar, onde trabalha como psicoterapeuta, assistindo militares e respectivos dependentes. Relatos de colegas de trabalho, assim como dados recolhidos em entrevistas, perícias e sessões clínicas, levaram-no, gradualmente, a detectar indícios expressivos de reações persecutórias em integrantes desta organização, tais como desconfiança, discriminação, temor, suspeita e sensação de estar sendo perseguido, explorado, maltratado, prejudicado ou enganado, a partir da entrada na instituição militar.

Ao ingressar no Centro de Formação, o candidato passa por um período de adaptação à cultura policial, quando são ensinados os fundamentos básicos da profissão e a maneira de conduzir-se conforme as normas estabelecidas pelo Regulamento da PM. Começa a transformação em policial. Muitos aspectos da vida pregressa serão abandonados em prol da nova identidade. A vigilância e o controle sobre o aluno vão se acirrando e, conseqüentemente, ele sofre restrições em sua liberdade e autonomia.

Uma vez inserido na instituição, o policial fica submetido às “regras da casa”, passando a ter as mesmas obrigações dos colegas de farda; desse modo, qualquer descuido ou desobediência pode acarretar punição. Cabe ao subordinado, quando infringe normas, apresentar justificativa que será avaliada pelo superior, podendo este atenuar ou agravar a situação do militar, assim como encaminhá-lo ao Conselho de Ética e Disciplina Militares da Unidade (CEDMU). Em alguns casos, como constatado na pesquisa, o policial é discriminado e perseguido no local de trabalho, seja pela chefia, seja por companheiros de serviço, o que compromete seus relacionamentos e o conduz ao isolamento.

Com o decurso do tempo, o desgaste causado pelo trabalho, bem como as experiências absorvidas na vida dentro da organização e na prática junto à comunidade, vão se somando, de tal forma a se refletirem

¹ O artigo é um resumo da dissertação defendida no Mestrado de Psicologia Social da UFMG sob orientação da Prof^ª Dra. Íris Barbosa Goulart.

² O termo violência aqui utilizado refere-se ao emprego desejado da agressividade com fins destrutivos. O objetivo é causar danos à pessoa a quem é dirigida através de agressão instrumental (obter recompensas) ou agressão hostil (infligir sofrimento). (Biaggio, 2003).

no psiquismo do policial, manifestando-se em relatos do tipo: “Estava muito bem até a chegada do novo chefe”; “Estão me perseguindo”; “As paredes têm ouvidos”; “Não se pode confiar em ninguém”; “Prendi fulano e agora estou sendo ameaçado”; “Sempre fiz tudo pela PM e, agora que preciso dela, ela me vira as costas”; “O comandante disse que ninguém ia ser transferido e no dia seguinte fui para outro batalhão”; “Fazia o melhor para a PM, mas meu chefe mandou-me parar porque não era de seu interesse”; “Meu chefe fazia tudo para eu pedir baixa”; “Fui ao Batalhão pedir ajuda para o meu marido e acabaram por desmerecê-lo na frente de todos, aplicando-lhe uma punição”; “Na hora da promoção fui desprezado”. Alguns desses relatos se fundam em vivências reais, porém outros surgem em função do clima gerado pela própria peculiaridade da profissão e pela dinâmica organizacional.

A desconfiança, a insegurança e a incerteza provocam instabilidade emocional, ansiedade e medo, que minam as resistências do policial e o levam a não ter a mesma disposição para enfrentar os percalços do trabalho. Muitos se tornam desajustados, omissos ou violentos, passando a dispensar tratamento inadequado aos cidadãos a quem devem proteger; tendem à introspecção, ficando mais preocupados e sisudos, afastando-se dos contatos interpessoais e, em consequência, adoecem psicicamente, podendo até cometer atos hetero e/ou autodestrutivos.

2 O TRABALHO POLICIAL

A organização básica da PMMG estrutura-se em órgão de direção, representado pelo Comando Geral, órgãos de apoio, divididos em logístico, de saúde, de ensino, de finanças e de pessoal, e órgãos de execução, como as Unidades de Polícia, compostas por Batalhões e Companhias. Os policiais militares trabalham em regime estatutário (Estatuto de Pessoal da Polícia Militar, Código Penal Militar e Código de Ética da Polícia Militar), tendo a disciplina e a hierarquia como referenciais que norteiam a organização do trabalho e as relações interpessoais decorrentes. Normalmente trabalham em equipe, sob o comando de um superior hierárquico e estabelecem contatos frequentes com a comunidade na solução de problemas relacionados ao bem-estar social e segurança pública. Seguem uma escala de serviços previamente determinada em horário diurno, noturno ou em rodízio de turnos. O ambiente de trabalho é diversificado, podendo ser ao ar livre ou dentro de escritórios, viaturas ou aeronaves. Estão sujeitos também a trabalhar em ambientes desconfortáveis e insalubres, ficando longos períodos em pé, imóveis ou efetuando corridas e longas caminhadas durante o patrulhamento. Arriscam-se em alturas ou em contato com agentes tóxicos e poluentes. Muitas situações exigem resistência física e controle emocional para o bom andamento do serviço. Utilizam como instrumento de trabalho, entre outros, a tonfa, a algema e o armamento individual (revólver cal. 38 e para oficiais, também, a pistola PT.40).

O quadro operacional é composto por oficiais e praças PM que ingressam na instituição através de concurso público. Os candidatos ao oficialato, aprovados, são capacitados através do Curso de Formação de Oficiais (CFO) e os candidatos à praça, aprovados, são formados através do Curso Técnico em Segurança Pública (CTSP). O treinamento, tanto para praças quanto para oficiais do quadro operacional, tem frequência bienal.

São características básicas do trabalho policial-militar: trabalhar fardado, armado e estar em contato permanente com situações imprevistas, onde o risco pode ser iminente. O uso do uniforme é um dos mecanismos que garantem a ostensividade, o que significa tornar-se visível e disponível ao público em geral. Outra peculiaridade é o fato de deter, por força constitucional, o uso legítimo da força, sendo chamado a atuar como repressor de comportamentos agressivos e ilegais que impliquem transtorno da ordem pública. Mas, o policial militar também atua na função de educador e líder na promoção da qualidade de vida e dos direitos humanos da comunidade. A essência de seu trabalho é, portanto, administrar conflitos e solucionar problemas de segurança pública, em ações preventivas e repressivas.

O policial militar é aquele que vai encarnar o papel de guardião da lei e mantenedor da ordem pública, protegendo a sociedade e garantindo o bem-estar comum. Sua tarefa exige que ele enfrente situações adversas e imprevisíveis no seu dia-a-dia, inclusive correndo risco de morte. Além disso, segundo Patrocínio (1999), está sob o olhar constante da organização, através do controle disciplinar, para que o policial não cometa arbitrariedades.

Paula (1991) afirma que o policial lida com a miséria humana, estupros, latrocínios, seqüestros, brigas, violências, assassinatos, catástrofes, incêndios, inundações, suicídios, doenças mentais e a miséria social. Além disso, ser policial é “sobretudo uma razão de ser” (Muniz, 1999), pois deve estar à disposição 24 horas por dia, estar “sempre pronto” para resolver com presteza e seriedade qualquer missão a ele atribuída e a todo tempo lhe é cobrada uma conduta exemplar. No cumprimento de sua jornada de trabalho, o PM é uma espécie de “faz-tudo”, um tipo de especialista que se generaliza nas singularidades de cada ocorrência atendida. Esse representante da lei faz, entre outros, o papel de parteiro, assistente social, acompanhante de doente mental, conciliador, balcão de informações, psicólogo, motorista, conselheiro sentimental e educador. Além disso, deve sempre procurar saber “o que fazer” e “como agir” em cada situação, utilizando sempre do seu bom senso.

Cavalim de Lima (2002) complementa que, nesse ingrato papel, o policial, como ser humano, é travestido em um complexo papel de guardião da sociedade e de mantenedor da ordem, no qual formalmente se apresenta como uma autoridade pública. Nesse mister, sem ser um jurista, se transforma em um juiz, sem ser terapeuta passa a solucionar conflitos humanos (op. cit., p.30).

A sociedade delega ao policial militar o poder para combater o crime e manter a ordem pública, chamando-o sempre que necessita através do número de telefone, 190, para solucionar os mais diversos problemas. É o defensor do bem. No entanto, sua proximidade com o lado desagradável, violento e degradante da vida, que busca prevenir e reprimir, cria na população a suspeita de que ele possa ser contagiado ou seduzido pelo submundo.

Vários poderiam ser os fatores que levariam a uma concepção popular do trabalho policial como uma ocupação corrupta, por exemplo: serem os policiais mal remunerados, mal equipados, mal treinados, incapazes de realizar os ideais que defendem, menosprezados pela sociedade e pela generalização a toda categoria, de abusos cometidos por alguns policiais (cf. Bittner, 2003), fartamente explorados pela mídia.

Esta percepção ambígua - policial do bem x policial do mal - promove uma convivência conflituosa entre a população e a polícia, manifestada através de sentimentos recíprocos de antipatia, desconfiança e frustração. Os encontros, conforme Muniz (1999), costumam ser marcados pelo receio mútuo e a incerteza acerca do que realmente pode acontecer.

Muitos policiais costumam utilizar, como estratégia de sobrevivência e autoproteção, a ocultação de sua identidade policial quando não estão a serviço, seja em função da bandidagem ou da população em geral. Este fato contribui ainda mais para intensificar o relacionamento entre pares e o isolamento “intramuros”, fazendo com que os policiais busquem conviver apenas com os de sua classe, criando uma distância do mundo civil. Uma das perspectivas do estigma, segundo Goffman (1982), relaciona-se à condição de desacreditado imputada ao indivíduo estigmatizado, que no caso do policial militar, pode não ser reconhecido e respeitado conforme previa.

Recorremos mais uma vez à pesquisa de Souza (2002), que, ao pontuar o estigma da carreira policial, retrata uma realidade comum no meio social através da seguinte fala: “não deu para mais nada, vai para a polícia”. Entretanto, não podemos deixar de enfatizar que, apesar de todos dissabores desta profissão, ela atualmente é uma das mais concorridas e atraentes do mercado de trabalho.

Ser policial significa conviver com um clima de tensão, incerteza e desconfiança em praticamente todas as ocorrências, já que não se pode em momento algum descartar a possibilidade de ver-se envolvido em um confronto com um contraventor. Uma postura de constante suspeição frente ao mundo torna-se um mecanismo de sobrevivência e propaga-se em todas as esferas de convívio social, seja nos relacionamentos com os amigos, vizinhos e familiares ou nas interações com os próprios colegas de trabalho. Muniz (1999) caracteriza este momento como a perda da inocência e da gratuidade prévia, o que Cavalim de Lima (2002, p.36-7) descreve muito bem na seguinte citação:

É muito difícil ajustar a confiança no ser humano quando o policial fica o dia inteiro atuando e trabalhando com pessoas em quem não pode confiar. É difícil acreditar nas boas intenções das pessoas quando as vê todos os dias tentando ludibriar ou ofender física ou psicologicamente seu próximo. Essa falta de confiança do policial pode ser transferido para a vida pessoal, na forma que atua com seus vizinhos, amigos e cônjuge.

Ao cumprir o seu papel no controle social, o policial em algumas ocasiões acaba tendo que exercer atitudes mais drásticas, como o cerceamento da liberdade dos infratores, visando ao bem-estar da comunidade. Tal procedimento muitas vezes provoca nesses criminosos um sentimento de vingança, que acaba sendo atuado quando se vêem livres da cadeia ou penitenciária. Não é raro vermos estampadas nos jornais manchetes com os seguintes dizeres: “família de PM é chacinada”. Os policiais “marcados” e suas famílias acabam tendo que se mudar de onde moram ou necessitam proteção do batalhão em função das ameaças que recebem. A suspeição nesses casos se torna ainda mais intensa.

O Manual de Prática Policial da PMMG enfatiza que o estado de alerta do policial militar ao atender uma ocorrência ou se aproximar de um confronto é, freqüentemente, mais decisivo do que os equipamentos e armas utilizadas, pois é ele que determinará sua condição psicológica de resposta à situação apresentada. Os diferentes níveis de alerta, antecipação, concentração e autocontrole podem ser identificados através dos seguintes estados: relaxado, atenção, alerta, alarme e pânico.

As ocorrências vêm sempre ao encontro do policial de uma forma rápida e inesperada, sendo necessário manter-se alerta ao menor sinal de sua aproximação, antecipando através do olhar suspeito, o seu prenúncio ou a sua imperceptível anunciação. (MUNIZ, 1999, p.213)

Uma profissão tão arriscada, em que os fatos geralmente ocorrem inesperadamente, produz um sentimento de medo que pode minar as resistências do policial. Nesse sentido, Cavalim de Lima (2002, p. 37) lembra que nesta profissão nos defrontamos com um dos mais complexos papéis desempenhados pelo ser humano: o conflito entre o heroísmo e o medo da morte, papel desempenhado pelo homem-policial.

Segundo Dejours (1988), o medo está presente em todos os tipos de ocupações e afirma que o risco está presente na maioria das profissões. Em algumas atividades, pode relacionar-se à integridade física, situando-se exteriormente ao indivíduo, ou ser inerente ao processo de trabalho, além de poder atingir todo o grupo de trabalhadores. É o caso dos policiais militares que, por mais equipados e treinados que estejam, sempre correm o risco, pois sua prevenção é quase sempre incompleta. Mas para suportarem tal sofrimento e continuarem desempenhando suas tarefas, os policiais lançam mão de uma “ideologia defensiva” na qual eles se percebem como super-homens e acrescentam ao risco do trabalho, performances pessoais que se tornam verdadeiros concursos de bravura. Nessas situações, tudo se passa como se o risco fosse criado por eles próprios, e não um perigo inerente à profissão. Criar uma situação ou agravá-la, é de certo modo dominá-la (op. cit, p.70).

Essas ideologias defensivas da profissão impedem que um dos componentes de um grupo profissional se mostre mais frágil, mais suscetível ao medo. O integrante que não compartilha da ideologia coletiva acaba por ser pressionado a se afastar do grupo e do emprego. No caso do policial militar, em função de confronto armado, morte de colegas, ou situações onde há vários feridos, a perda da couraça de super-homem, necessária no dia-a-dia do trabalho, pode fragilizá-lo a ponto de incapacitá-lo ao serviço em função de questionar sobre sua invencibilidade e imortalidade, passando a temer situações de risco.

Outro fator que deve ser levado em consideração nesta reflexão é a diversidade da prática policial. A formação e o treinamento do policial, embora sejam bastante intensos e sob supervisão freqüente, capacitam-no a lidar com várias situações, mas não conseguem reproduzir a complexa realidade operacional. Na realidade das ruas, o policial, mesmo estando em instituição hierarquizada, toma as decisões operacionais sem muito tempo e espaço para análise, levando-o à extrema tensão e medo de erro (Cavalim de Lima, 2002). A rígida disciplina militar a que está submetido concorre para trabalhos pouco produtivos e para gerar reações de insegurança nos processos decisórios, levando o policial a temer pela punição, caso algo saia errado.

Diante do medo de serem mal interpretados pelo comando em suas ações ou estarem infringindo regras estipuladas, acarretando conseqüentemente em punição, alguns policiais acabam adotando a estratégia do silêncio, ou seja, evitam expressar abertamente o que fazem de fato e mantêm segredo apenas entre pares. Tal procedimento fortalece os laços horizontais, protege contra o olhar suspeito e punitivo dos superiores hierárquicos e alivia a sensação de depositário da culpa, expressa no ditado “tudo de ruim que acontece nesta cidade é culpa do PM, foi o PM que falhou” (cf. Muniz, 1999).

O policial militar, além do controle disciplinar institucional, sofre o controle da população que o vigia e questiona a sua autoridade, inclusive em situações mais triviais. Não é raro o olhar atento das pessoas verificando se o PM usa cinto de segurança, respeita as leis de trânsito, barganha segurança por um lanche na padaria ou se fatura uma prostituta com “carteirada”³. No serviço operacional, por sua vez, a crítica se volta para a sua atuação: estará o policial sendo arbitrário, parcial, violento, corrupto, desrespeitando os direitos alheios ou sendo omissos e negligente em seu trabalho ?

Além da desconfiança do mundo exterior para com o seu trabalho, o policial tem que lidar com inúmeras adversidades na execução de suas funções, que exigem um forte controle emocional. Situações que envolvem todo tipo de degradação humana como por exemplo, violência, morte, miséria, exploração e desrespeito, mexem com a cabeça deste profissional de segurança pública e poderiam provocar reações emocionais que comprometeriam o bom desempenho do seu trabalho. Eles, então, aprendem, na vivência recorrente da prática, a reprimir em grande parte os seus afetos, criando uma barreira protetora necessária através de uma aparente frieza emocional. Esta estratégia de defesa pode ser constatada também em outros profissionais, tais como o médico, o psicólogo, o enfermeiro, o bombeiro, o cozeiro e os funcionários da limpeza urbana. No entanto, é bom frisar que esta repressão parcial não impede que as vivências possam desenvolver reações adversas ou sofrimento mental ao longo dos anos, pois temos que levar em consideração uma série de variáveis como a força do fator patogênico, a sua duração, o contexto em que se desenvolveu, a história de vida e a própria constituição física e da personalidade do sujeito em questão.

3 A PESQUISA

Levando em consideração que na Instituição Militar temos policiais militares, no quadro operacional, que exercem atividades preventivas e repressivas nas ruas, e também no quadro de saúde, que por serem especialistas exercem suas atividades no Hospital Militar e nas Seções de Saúde (SAS) da Unidade, é pertinente um estudo comparativo entre essas categorias no que tange às reações persecutórias.

Na pesquisa de campo, utilizou-se como instrumento metodológico para a coleta de dados a técnica do grupo focal, com o objetivo de compreender a relação entre as reações persecutórias e a realidade do policial militar, seja ele praça ou oficial, operacional ou especialista de saúde. Trabalhou-se assim com grupos focais distintos, buscando uma homogeneidade interna em cada um dos grupos, com base nos seguintes aspectos:

³ carteirada é uma expressão utilizada no meio militar que significa obter ganhos ou favorecimentos a partir do momento que o policial se identifica com a sua carteira de PM.

- a) grupo de oficiais do quadro operacional;
- b) grupo de praças do quadro operacional;
- c) grupo de oficiais do quadro de saúde;
- d) grupo de praças do quadro de saúde.

Os policiais militares que compuseram a amostra foram selecionados em suas Unidades, a partir de um convite à participação na pesquisa. O psicólogo de cada Unidade, ou na sua ausência o responsável pela Seção de Recurso Humanos (SRH), foi orientado pelo pesquisador a fazer uma pré-seleção dos interessados, a partir dos seguintes critérios:

- a) serem policiais militares (operacional ou de saúde) da ativa;
- b) terem no mínimo 5 anos de serviços prestados na PMMG (período necessário para a formação inicial e experiência na prática profissional);
- c) estarem lotados em Unidades PM de Belo Horizonte;
- d) vivenciarem ou já terem vivenciado reações persecutórias (sensação de medo, desconfiança, perigo iminente ou estar sendo perseguido ou discriminado);
- e) não terem diagnóstico de doença mental alienante.

Uma vez feita a pré-seleção, os nomes foram encaminhados ao pesquisador, para que ele organizasse os militares em grupos focais distintos, com aproximadamente oito participantes cada, buscando uma homogeneidade entre os membros.

4 RESULTADOS

Inicialmente, chamou-nos especial atenção o número diferenciado de voluntários dessas categorias, uma vez que todos tiveram as mesmas condições de acesso aos convites, pregados em locais estratégicos das Unidades, em celotex ou corredores de grande circulação. O número de praças foi significativamente maior do que o de oficiais, tanto da área operacional como da área de saúde. Podemos inferir, baseados inclusive no próprio relato dos participantes, que os oficiais têm mais receio de se expor, temendo serem discriminados ou prejudicados em suas carreiras profissionais. Muitos dos oficiais presentes já tinham sofrido essas retaliações e por isso não temiam mais pelo futuro. Os oficiais superiores provavelmente se negaram a participar da pesquisa para não macularem uma imagem até hoje preservada. Os praças, por sua vez, estavam mais abertos e expunham, de forma objetiva e dramática, suas vivências e dissabores, revelando em seus depoimentos muitas situações constrangedoras, sendo nítido o estado de tensão que as acompanhava. Contudo, não podemos deixar de marcar que a presença de todos os voluntários foi vital para podermos entender melhor as reações persecutórias experienciadas pelos policiais militares. Seus depoimentos possibilitaram que os objetivos propostos fossem respondidos.

O primeiro objetivo específico foi identificar os fatores desencadeantes das reações persecutórias. Segundo os relatos, esses fatores foram descritos a partir de sua fonte interna – a própria instituição policial-militar, de sua fonte externa – a sociedade, ou de ambas as fontes, interna e externa, conforme **QUADRO 1**.

QUADRO 1

FATORES GERADORES DE REAÇÕES PERSECUTÓRIAS EM
POLICIAIS MILITARES

FATORES INTERNOS (PMMG)	FATORES EXTERNOS (SOCIEDADE)	INTERNOS / EXTERNOS (PMMG e SOCIEDADE)
<ul style="list-style-type: none"> • relacionamento com os superiores • relacionamento entre pares • ser praça • falta de apoio e reconhecimento • problemas de saúde • formação / treinamento, ser da área de saúde 	<ul style="list-style-type: none"> • ser policial • crítica feita pela imprensa 	<ul style="list-style-type: none"> • agressões, ameaças e perseguições • ser policial feminina • moradia em aglomerado • racismo

A relação com os superiores foi uma das razões mais citadas como promotoras de reações persecutórias tanto nos oficiais quanto nos praças, operacionais e de saúde. Abuso de poder, discriminação e retaliação foram alguns dos tópicos levantados, trazendo graves conseqüências ao relacionamento profissional. Quando o superior não permite abertura e mantém uma relação desigual, a comunicação fica truncada e não permite que os subordinados possam realmente expressar suas idéias ou fazer críticas. Quando o fazem, podem ser desconsideradas, reforçando o ditado: “manda quem pode, obedece quem tem juízo”. A percepção que se tem dos superiores é a de que são poderosos, donos do saber e da verdade, voltados para si mesmos, independente de serem oficiais PM ou do Quadro de Saúde. Além do controle que exercem sobre os subordinados, muitas vezes utilizam apenas a política da punição como forma de correção ou para benefício próprio, e por isso são freqüentemente alvos de críticas.

A relação entre os policiais pode ser fator desfavorável ou não, de acordo com a qualidade existente nesses laços interpessoais. Na época da seleção de cursos internos da Polícia e principalmente no período de promoções por merecimento, acirra-se a competitividade entre os colegas, podendo haver deslealdade em benefício próprio. A discriminação entre os pares pode vir da função exercida pelo policial, seja ela na área operacional, administrativa, ou na de saúde. Existe a sensação de que o outro sempre está levando vantagem ou é protegido. No serviço operacional, o policial trabalha em grupo e precisa confiar nos companheiros para executar as operações de maneira satisfatória sem correr riscos desnecessários. No entanto, foram citadas algumas situações em que o militar acaba não podendo confiar no colega em função do seu descompromisso com o trabalho ou do seu caráter. Outra situação decorrente do trabalho que provoca discriminação e desconfiança é quando o policial recebe alguma punição, fica detido na Unidade ou esteve envolvido com troca de tiros acarretando em morte. A tendência do grupo é isolar a “ovelha negra”.

O fato de ser policial, estar fardado e trabalhar na segurança pública já é fator de risco e exige, nesses tempos de violência e alta criminalidade, uma atenção constante e vigilante para poder cumprir com assertividade o papel a ele designado e não se tornar alvo de bandido. Verifica-se que o fato de pertencer a esta categoria profissional já constitui um fator gerador de reações persecutórias. Além da tensão causada no combate ao crime, o policial pode sofrer com uma visão estigmatizada e generalizada a toda categoria em função de alguns maus policiais que cometeram abuso de poder, corrupção ou não cumpriram adequadamente o seu papel.

As agressões e ameaças aos policiais e às suas famílias, em função do cumprimento do dever, desestabilizam emocionalmente esses profissionais. Às vezes, as agressões, ameaças e perseguições acontecem pelo simples fato do sujeito ser policial, ter cumprido o seu trabalho ou ser vizinho de marginais. Além de todas as seqüelas emocionais (vivências de desconfiança, medo e insegurança), pode promover a mudança de residência ou a transferência dos policiais para outras Unidades, o que pode tornar-se também um motivo para serem discriminados.

Os policiais apontam a falta de reconhecimento e apoio por parte do comando, em relação aos policiais que estão na atividade operacional e, portanto, muito mais expostos aos problemas cotidianos e ao julgamento de pessoas inescrupulosas que querem denegrir a imagem da Polícia. A política da punição, ao invés da valorização, foi muito comentada nos grupos entrevistados. Os policiais querem ser reconhecidos e valorizados naquilo que fazem bem e também corrigidos e orientados quando cometem erros. O que não aceitam é a punição como única forma de correção.

Os problemas de saúde, que levam o policial a buscar tratamento e ser dispensado ou licenciado, são percebidos pela instituição como uma forma de burlar o serviço ou motivo para ser taxado de doente, incapacitado ou desajustado, tanto pelos superiores quanto pelos colegas. Isso implica uma desconfiança para com o oficial de saúde que pode interpretar a sua doença nesse sentido, fazendo com que o policial evite tratar-se na rede orgânica ou busque ajuda somente na rede credenciada de saúde.

As policiais femininas (PFEM) passaram a fazer parte da PMMG em setembro de 1981, ou seja, há vinte e quatro anos. Por mais de duzentos anos, esta instituição foi exclusivamente masculina. Nos primeiros anos, elas foram muito discriminadas, trazendo dificuldades nas relações de trabalho, competição com os policiais masculinos e perseguição por parte de alguns superiores. As mulheres com o passar dos anos foram mostrando que eram competentes e podiam assumir cada vez mais responsabilidades. Foram galgando postos mais elevados na hierarquia militar e atualmente temos uma mulher comandando um Batalhão em Belo Horizonte. Isso, no entanto, não impediu que a discriminação da mulher se fizesse presente até os dias de hoje.

Os praças (soldado, cabo, sargento e subtenente) são a base da pirâmide na estrutura hierárquica da PMMG. Sob o ponto de vista dos participantes, ser praça é considerado um ser desqualificado e limitado, que a todo momento pode ser alvo de discriminação. Podemos inferir que quanto mais baixo o posto ou a graduação hierárquica, menor o poder e maior a submissão do policial, tomando por referência a teoria de Goffman (1974) sobre as Instituições Totais.

O policial da área de saúde muitas vezes é discriminado pelos policiais operacionais por sustentar diferenças bastante visíveis no seu dia-a-dia, a começar da própria farda branca, não ostentar arma com esta farda e ter uma formação específica na saúde que lhe concede um lugar distinto. O praça especialista de saúde pode concorrer esporadicamente a serviços operacionais e freqüentemente é motivo de chacotas e piadinhas pelos colegas e superiores, quando escalado para trabalhar na rua. A atividade do oficial é específica na área de saúde, não executando serviços operacionais. Essas diferenças são vistas pelos operacionais como privilégios de uma categoria. Embora tenham conhecimento de que foram contratados para exercer esta função, nada impede que a percepção dessas diferenças gere desconforto.

A formação e o treinamento do praça foram apontados como preparações insuficientes e deficientes pelos entrevistados, uma vez que fomentam a discriminação e geram insegurança, posteriormente, na hora de trabalhar no serviço operacional. Uma das queixas freqüentes foi o despreparo para atuar na rua, após estar na área administrativa.

Os praças especialistas de saúde são unânimes em dizer que não se encontram em condições de atuar de forma eficaz no serviço de rua, uma vez que a formação e o treinamento não os capacitam

adequadamente para esta função. Além disto, estão voltados diariamente para as atividades de saúde, ficando distantes da realidade das ruas. Quando são escalados para eventos operacionais em shows, eleições, ou em épocas festivas, como o Natal, ficam estressados e não conseguem dar a segurança necessária a si próprios ou à população.

Outro fator citado na pesquisa como desencadeador de reações persecutórias foi a moradia em aglomerado urbano, onde o nível de criminalidade e violência é muito alto. O policial acaba sendo vizinho de marginais e fica acuado pelas pressões do meio, gerando medo, desconfiança e insegurança. Batista (2004), ao estudar a vitimização de policiais-militares residentes em aglomerados urbanos de Belo Horizonte, ratifica esse parecer. Conclui em sua pesquisa que, além do medo do crime, esses policiais acabam assumindo a omissão, condicionando-se às normas sociais do lugar, para evitar represálias. Neste sentido, fica impossível aos “policiais reféns” fazerem a segurança se eles mesmos não a têm.

A participação da imprensa sensacionalista muitas vezes divulga informações infundadas ou irreais, de maneira a veicular uma visão deturpada da instituição e de seus membros, que acaba prejudicando os policiais. Na maioria das vezes, divulga e reforça apenas uma visão estigmatizante da polícia. É raro depararmos com uma notícia em que a PM é descrita com qualidades ou retratada por seus bons serviços prestados. No policial, o efeito causado é drástico, podendo acabar com sua carreira profissional e deteriorar sua vida pessoal e familiar.

O racismo aparece como outro fator que desqualifica e discrimina os policiais militares, trazendo conseqüências na sua atuação profissional, na sua relação com os colegas e com o próprio comando.

O sofrimento, causado pelas reações persecutórias no policial, foi analisado como o segundo objetivo específico desta pesquisa e como resultados obtivemos: raiva, depressão, suicídio, impotência, medo, desconfiança, dúvida, isolamento, somatizações e problemas físicos (lesões, machucados). Cada sentimento ou vivência pode ser substituído por um outro ou ocorrer simultaneamente, fragilizando o policial, podendo, inclusive, deixá-lo afastado mediante licença e dispensa médica, incapacitando-o para o trabalho.

No tocante aos setores de Psicologia da PMMG, especificamente, a pesquisa ofereceu subsídios para uma maior compreensão das reações persecutórias nos policiais militares e orientações para ações mais acertadas. Inicialmente, o psicólogo deve favorecer uma aproximação com os policiais de sua Unidade, escutá-los e entender o que esses homens e mulheres estão vivenciando. A partir daí, podem-se estabelecer ações visando à promoção de saúde nos policiais. Palestras, dinâmicas e/ou atividades recreativas propiciarão uma maior interação e interlocução entre os membros da unidade, possibilitando um clima mais favorável no ambiente de trabalho. O atendimento clínico, individual ou em grupo, se faz necessário sempre que houver demandas mais específicas, como é o caso de policiais em sofrimento, em função das experiências do serviço ou das relações institucionais. O psicólogo também deverá assessorar o comando no sentido de sensibilizar os policiais para relações mais respeitadas entre superiores e subordinados, sem desconsiderar, no entanto, os pilares da instituição: hierarquia e disciplina. Os dados obtidos nesta pesquisa podem também contribuir nos processos de seleção, formação e treinamento de pessoal.

Concluindo, esta pesquisa exploratória pode constatar que o trabalho policial e a instituição militar podem criar condições propícias para o surgimento de reações persecutórias e sofrimento em seus membros. Na Polícia Militar de Minas Gerais, tanto os policiais da área operacional quanto da saúde estão sujeitos a esse fenômeno, porém, as duas categorias não serão acometidas da mesma maneira. É preciso levar em consideração uma série de fatores como a estrutura pessoal, a história de vida, o contexto, a atividade profissional, o ambiente e as relações de trabalho, que irão favorecer ou não a emergência de transtornos físicos ou psíquicos. Codo (2002) sabiamente nos adverte que a etiologia da doença mental só pode ser traçada de forma probabilística, quando tomamos como referência uma coletividade. Assim, é preciso que novas pesquisas possam dar continuidade a essas primeiras pontuações relativas às reações persecutórias em policiais militares.

REFERÊNCIAS

- AMADOR, Fernanda S. Trabalho e saúde - considerações a respeito da categoria dos policiais-militares. Revista: **O Alferes**. Belo Horizonte, n. 52, p. 47-60, 2000.
- BATISTA, Ricardo A. Tatis. **Vitimização de policiais-militares residentes em aglomerados urbanos de BH**. 2004. Monografia (CFO) - Academia de Polícia Militar, Belo Horizonte, 2004.
- BIAGGIO, Angela M. Brasil. **Psicologia do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1988. 332 p.
- BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. São Paulo: Editora da Universidade de SP., 2003. 385 p.
- CAVALIM DE LIMA, João. **Estresse policial**. Curitiba: Associação da Vila Militar, 2002. 132 p. (Publicações Técnicas - volume VII).
- CODO, Wanderley et JACQUES, Maria da Graça (orgs.). **Saúde Mental e Trabalho - Leituras**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. 420 p.
- CROMBERG, Renata. **Paranóia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. 241 p.
- DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Oboré, 1992. 163 p.
- GOFFMAN, Erving.(1961) **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974. 316 p.
- _____ **Estigma**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1982. 158 p.
- LIMA, M. Elizabeth. A Psicopatologia do Trabalho. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**. Brasília, 18, n. 2, 10-15, 1998.
- MARTINS, Reinaldo. **Os reflexos da cultura organizacional da PMMG no ambiente familiar de cabos e soldados**. 1996. Monografia (CSP) - Academia de Polícia Militar, Belo Horizonte, 1996.
- MESQUITA, Adriana. **Repercussões da organização do trabalho sobre o processo de motivação / desmotivação dos policiais militares em uma unidade operacional: um estudo de caso**. 2004. 122 p. Monografia (Especialização em Psicologia do Trabalho), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.
- MINAS GERAIS, Polícia Militar. **Manual de Prática Policial**. Belo Horizonte (MG), 2002, v. 1, 176 p.
- MUNIZ, Jaqueline de Oliveira. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser; cultura e cotidiano da Polícia Militar do Rio de Janeiro**. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) - UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.
- PATROCÍNIO, Maria Carmem de Castro. **Violência policial: estudo de caso da instituição Polícia Militar de Minas Gerais**. 1999. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.
- RESENDE, Marcelo A.. **Reações Persecutórias - O trabalho policial e a instituição militar enquanto geradores de sofrimento psíquico**. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.
- SOUSA, Rosânia Rodrigues. **Os processos de construção da identidade no trabalho do policial-militar na atividade de policiamento ostensivo em Belo Horizonte**. 2001. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - UFMG, Belo Horizonte, 2001.
- SOUZA, Eliene Lima. **A carreira policial-militar: uma abordagem dos fatores determinantes da escolha**. 2002. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - UFMG, Belo Horizonte, 2002.